

Breve contribuição para o estudo da génese e formação dos “dialectos centro-meridionais portugueses”¹

Maria José Carvalho

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
(Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada)

0. Introdução

Como é sabido, do ponto de vista fonético, os dialectos da área galego-portuguesa podem classificar-se, actualmente, em três grandes grupos: dialectos galegos, dialectos portugueses setentrionais e dialectos portugueses centro-meridionais². Embora a percepção da existência de traços fonéticos caracterizadores de áreas dialectais fosse completamente estranha ao homem medieval, é legítimo questionar a existência, ao longo da Idade Média, das tais “linhas imaginárias” que traçam os limites geográficos de determinados segmentos fónicos. Seriam já nessa altura coincidentes os feixes de “isófonas”³ que permitem hoje ao homem do Sul reconhecer um falante do Norte? Os dados relativos a alguns fenómenos fonéticos analisados ao longo da nossa pesquisa⁴ (que teve por base um *corpus* de documentação notarial original, maioritariamente inédito, oriundo dos fundos do Mosteiro de Alcobaça, 1^a e 2^a incorp., IAN/TT), quando confrontados com os de *História do galego-português* (Maia: 1986, 1997²), permitiram entrever que na maior parte dos casos não existiam ainda “fronteiras dialectais”, embora para alguns traços, hoje diferenciadores dos diversos grupos de dialectos, a área geográfica pareça já, *grosso modo*, delimitada no período arcaico.

Apresenta-se a seguir o mapa correspondente à área geográfica onde foi lavrada a documentação remanescente por nós analisada⁵:

¹ Remeter-se-á o leitor para as páginas da nossa dissertação de doutoramento [Maria José S. Pereira de Carvalho (2006), *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (sécs. XIII-XVI). Edição e estudo linguístico*. Dissertação de Doutoramento, inédita, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra] e para as de *História do Galego-português* de Clarinda de Azevedo Maia (1997), que figurará com a sigla HGP.

² Baseamo-nos no trabalho de Luís F. Lindley Cintra (1971): *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In: *Boletim de Filologia*, vol. XXII (1964-1971), fascículos 1 e 2. Lisboa, pp. 101-103. Acrescentámos, contudo, mais dois traços que consideramos caracterizadores, respectivamente, dos dialectos setentrionais e meridionais, como a preservação, no falar minhoto, da terminação nasal antiga [õ], resultante da fusão de -ã < -ANE, de -ão < -ANU e de -õ < -ONE, e a existência da vogal final átona -i, nos dialectos meridionais.

³ Como é evidente, trata-se de uma noção que apenas se poderá entender na perspectiva do investigador moderno.

⁴ Ver nota 1.

⁵ Mapa adoptado de Dom Maur Cocheril (1989) *Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: IN-CM, Figura II das *Ilustrações*.



Figura 1 – Mapa dos Coutos.

- 1 – Vilas dos coutos. 2 – Granjas. 3 – Arcos da Memória. 4 – Outras localidades.
5 – Limites aproximados dos Coutos

Começemos pelos aspectos fonéticos que diferenciam na actualidade os dialectos galegos dos dialectos portugueses:

1. Traços que diferenciam na actualidade os dialectos galegos dos dialectos portugueses e cuja área parece já relativamente delimitada no período medieval, opondo os dois grandes grupos

1.1. Ensurdimento dos fonemas fricativos predorso-alveolares e pré-palatais sonoros

Uma das diferenças de relevo a mencionar na comparação dos documentos que constituem a nossa amostra com os que integram a colecção de *História do galego-português* é a inexistência, nos documentos portugueses, do fenómeno de ensurdimento dos fonemas fricativos predorso-alveolares sonoros, tal como foi possível detectar em documentos galegos, já desde o século XIII (Maia, 1997, p. 458), bem como dos pré-palatais sonoros, que a Autora de *HGP* registou em dois documentos galegos do século XV (Maia, 1997, pp. 471-472). A tal “linha imaginária” correspondente ao ensurdimento das fricativas (que permite distinguir os dialectos galegos dos dialectos portugueses) parece, assim, remontar já a época medieval.

1.2. Monotongação dos ditongos “ei” e “ou” em [e] e [o], respectivamente

Um traço que permite opor os dialectos portugueses centro-meridionais aos dialectos setentrionais é a monotongação dos ditongos *ei* e *ou* em [e] e [o], respectivamente. A preservação destes ditongos parece ter sido uma realidade na primitiva região galego-portuguesa ao longo do período arcaico uma vez que, segundo a Autora de *HGP*, os fenómenos de monotongação aí observados se devem a influência castelhana (Maia, 1997, p. 897). O nosso *corpus* oferece, por seu lado, abundantes abonações de monotongação dos dois ditongos, o que parece configurar, para a região em estudo, o começo da delimitação desta “fronteira fonética”. Assim, a monotongação de *ei* em [e] parece ter encontrado um contexto propício quando o ditongo vem seguido de fricativa palatal surda ou de alveolar. Alguns documentos redigidos no próprio mosteiro (alguns deles eventualmente por clérigos-notários) apresentam, entre 1362 e 1425, formas do tipo *lexar, ferero, camarero* e *Alfezeron* (top.), e, já no século XVI, um outro oriundo de S. Martinho evidencia *pexe* (7 v.), *pexas* e *Viera* (Carvalho, 2006, p. 401). Seja qual for a procedência histórica do ditongo *ou*, existiu, desde finais do século XIII, uma nítida tendência para a sua monotongação, nos documentos da zona Centro-litoral, fenómeno eventualmente de origem rústica: *coffas, ouirẽ, Orẽ, troueftes, pafõ, oujdor, louou, Otubro, Odiencyas, ovidor, otorgarom, doo*, são apenas alguns exemplos (Carvalho, 2006, p. 403). A monotongação de *ou* em [o] foi, como mostram os exemplos arrolados, mais precoce e teve mais força expansiva do que a de *ei* em [e], razão pela qual acabou por ter sido aceite pela norma culta⁶. Assim, é de supor que a tendência para a

⁶ Note-se que as duas primeiras abonações são anteriores às que foram encontradas nos documentos

monotongação se tenha configurado como um fenómeno aceite pelos tabeliães afectos aos mosteiros. Deverá ter tido uma origem popular, tendo sido razões de prestígio que levaram a que a monotongação de *ei* tivesse sido desde cedo marcada e a de *ou* aceite pela norma. Por último, parece tratar-se de um fenómeno que conheceu grande expansão a partir do último quartel do século XIV.

2. Traço que era comum em época medieval

A documentação analisada deixa entrever que havia um traço que era comum em época medieval: a distinção fonológica em posição inicial de sílaba entre o fonema /tʃ/, representado pelo grafema “ch”, e o fonema /ʃ/, representado pelo grafema “x”. De facto, nem a colecção *HGP* nem a nossa apresentam indícios de confusões gráficas relacionadas com a perda do carácter africado da palatal surda.

3. Fenómenos que se verificaram (embora, em alguns casos, de forma e com colorações distintas) nas duas regiões do Ocidente peninsular, em confronto

Grande parte dos fenómenos verificou-se (embora, em alguns casos, de forma e com colorações distintas)⁷ nas duas regiões do Ocidente peninsular, em confronto:

3.1. Convergência das terminações nasais “-õ”, “-on”, “-om” (< -ONE; -ÜNT), “-ã”, “-an”, “-am” (-ANE; -ANT) e “-ã-o” (< -ANU) em “-ão”⁸/Acção analógica de “-õ”, uniformizando as terminações em sentido inverso

Como é sabido, no português do Centro e Sul, a terminação *-ão* (< -ANU) absorveu, ao longo da época medieval, as terminações *-ã*, *-an*, *-am* (< -ANE; -ANT) e *-õ*, *-on*, *-om* (< -ONE; -ÜNT), pelo que se registou a convergência das terminações nasais referidas para *-ão*, durante algum tempo representada graficamente por *-ã*, *-an* e *am*⁹.

No *corpus* por nós analisado, convém salientar que até cerca de meados do século XIV se encontra abundante evidência documental para formas de pretérito perfeito com vogal átona final *-ã* e não *-õ* (conforme a etimologia), em muitos documentos de modo exclusivo: *pedirã*, *frõtarã*; *fezerã*, *forã*, *acharã* (Carvalho, 2006, p. 460). Esta constatação leva a concluir que o processo começou com a substituição de *-õ* final átono por

publicados por Alberto Iria e citados por Clarinda Maia, o que dá consistência à hipótese da Autora: «É muito provável que, se algum dia vier a realizar-se um estudo de documentos linguísticos do Sul do país, surjam abonações anteriores da monotongação de *ou*» (Maia, 1997, p. 555, nota 2).

⁷ Referimo-nos à neutralização da oposição fonológica entre /b/ e /v/ ou entre /b/ e /β/ (consoante as regiões em causa) bem como ao processo de simplificação do sistema de sibilantes.

⁸ Embora não seja referido por L. Filipe Lindley Cintra, a conservação da terminação *-om* é um traço característico do falar minhoto.

⁹ A terminação *-ão* proveniente de -ANU desde muito cedo apresentou a resolução do hiato através da formação de ditongo nasal (Carvalho, 2006, p. 429). As formas que sofreram a convergência só a partir do século XVI manifestaram a generalização da grafia *-ão* (Carvalho, 2006, p. 468).

-ã, fenómeno de tipo fonético. Relativamente à colecção da área galego-portuguesa, e referindo-se a estas terminações átonas, Clarinda Maia refere que

contrastando com os documentos redigidos na Galiza, que revelam uma quase total concordância com as terminações etimológicas, os documentos redigidos em Portugal manifestam – sobretudo a partir dos séculos XIV e XV – alguns desvios em relação às primitivas terminações, o que prova que estavam já em curso algumas alterações tipicamente portuguesas (Maia, 1997, p. 927)¹⁰.

A partir de meados do século XIV, verifica-se, no nosso *corpus*, a generalização de -ã átono às formas nominais oxítonas (< -ONE), graficamente registadas por -ã ou -am, muito provavelmente correspondendo já fonicamente ao ditongo nasal -ão: *penffam* (3 v.), *penfam*, *aguiã*, *tabaljã*, *cõdiçã*, *fazã*, *rraçã*, *rrazã*, etc. (Carvalho, 2006, p. 461 e sgs.). Recorde-se que este fenómeno foi encontrado por Clarinda Maia apenas em textos de meados do século XV, constituindo uma particularidade de alguns textos localizados em Vairão, na província do Douro Litoral. De acordo com a Autora, os três notários que no século XV deixaram escapar formas desse tipo em documentos da província do Douro Litoral não eram, provavelmente, naturais dessa zona e, conseqüentemente, o fenómeno linguístico em questão não deveria pertencer à linguagem da região estudada (Maia, 1997, p. 603-604). Nos documentos da Galiza aparece um exemplo de -am (*prouifam*), num texto antigo redigido em Pontevedra, mas outras particularidades gráficas e linguísticas do documento levam a Autora a supor que o referido notário deveria estar familiarizado com textos portugueses (Maia, 1997, p. 605).

Ao longo do século XV, as grafias -ã e -am para as formas etimologicamente provenientes de -ŪNT vão-se propagando, nos documentos da nossa amostra, a ritmos diversos consoante as épocas, os gostos e, eventualmente, as áreas geográficas. É após o primeiro quartel do século XV que a grafia -am das terminações átonas (excepcionalmente, -an) se estende às formas monossilábicas representantes de SŪNT e a partir de 1450 a convergência analógica começa igualmente a afectar as formas ditas “gramaticais” *nam* e *entam* (Carvalho, 2006, p. 463 e 465). Saliente-se que nos documentos galegos da colecção *HGP*, «exceptuando a província de Pontevedra de que surgem alguns exemplos do século XIII (...), as restantes formas situam-se nos séculos XIV e XV» (Maia, 1997, p. 739). No que aos documentos portugueses diz respeito, há igualmente exemplos nos textos dos séculos XIII, XIV (Minho) e XV (Douro Litoral) (Maia, 1997, p. 740-741). A questão que poderemos colocar é a seguinte: por que motivo as formas átonas representantes de -ŪNT foram, na Galiza, afectadas pelo fenómeno analógico da convergência em -ão e as formas nominais oxítonas (< -ONE) ofereceram resistência ao desvio etimológico? É curioso constatar que, relativamente às terminações nasais em posição tónica (< -ONE), não se detecta, no nosso *corpus*, uma cronologia específica para a mudança, uma vez que a variação entre terminações etimológicas e analógicas se verifica até tarde, mais concretamente até 1480.

¹⁰ Consultem-se, também, as páginas 739 a 741 desta obra.

Um aspecto muito interessante a mencionar neste confronto entre o estado linguístico das regiões abrangidas pelas duas colecções documentais é o facto de o fenómeno de convergência analógica se ter dado nos dois sentidos, ou seja, as terminações *-õ* e *-om* propagaram-se, igualmente, a partir do século XV (particularmente, no segundo quartel) a formas que, etimologicamente, faziam supor *-ã* e *-am*. Deu-se, assim, a fusão de *-ã* (< -ANE), de *-ão* (< -ANU) e de *-õ* (< -ONE) em *-õ*, curiosamente apenas nos documentos portugueses. No nosso *corpus*, o fenómeno afectou sobretudo as terminações átonas (provenientes de -ANT ou -ANU, esta no representante histórico de STĒPHANU-) e monossilábicas (-ANE; -AM: *pom, tom*, ‘tão’) mas a partir da década de 60 do século XV generalizou-se igualmente a formas do futuro do indicativo e ao topónimo arcaico (de origem árabe) *Alfeizeram* (< ALFĒZERA(N)E) (Carvalho, 2006, p.471). Também na colecção HGP se regista este fenómeno de acção analógica, nos documentos do Minho e Douro Litoral, sobretudo a partir do século XV (embora a primeira abonação se localize num documento minhoto de 1335): *morom, chamõ, aforauõ*, etc. são exemplos de algumas formas desse tipo com terminação átona (Maia, 1997, p. 740); as formas *escripuõ, pom, Vayrom*, encontradas apenas nos documentos de Vairão de meados do século XV ilustram as outras situações (Maia, 1997, p. 586). Na nossa opinião, tratou-se de um fenómeno de “ultra-correcção” que se impôs dialectalmente, com maior ou menor intensidade consoante o grau de literacia de quem fixava por escrito os documentos. Este segundo fenómeno é, na fase actual da língua portuguesa, típico do falar minhoto (ao contrário do que se verificava no português medieval), e foi profundamente estigmatizado pela norma-padrão.

3.2. A neutralização da oposição fonológica entre os fonemas /b/ e /v/ (na zona Centro-litoral portuguesa) ou entre /b/ e /β/ na primitiva região galego-portuguesa

Como é sabido, o fonema fricativo labiodental /v/ não existe na maior parte do território da Península Ibérica, actualmente. Em finais da Idade Média, a ausência de /v/ labiodental estendia-se desde a Galiza e Norte de Portugal, passando por Leão, Castela e Aragão, até a maior parte da Catalunha. Assim, o fonema que se representava por *u* e *v* era fricativo, de articulação bilabial (/β/), (em algumas regiões lábio-dental), confundindo-se facilmente com o oclusivo bilabial sonoro /b/¹¹. Na zona meridional de Espanha, Levante e, eventualmente, na zona Centro-meridional portuguesa, a articulação predominante parece ter sido, na sua origem, lábio-dental pelo que a distinção entre /b/ e /v/ manteve-se (nas duas primeiras regiões, pelo menos parcialmente, até ao século XVI)¹². As confusões entre os dois fonemas começaram, assim, muito cedo, no Norte da Península rumo ao Sul até eliminar o /v/ na segunda metade do século XVI, salvo na zona Centro-meridional portuguesa, Levante e ilhas Baleares.

Em HGP, são numerosos os exemplos de formas com *b-* em substituição de *v-* ou *u-*

¹¹ Lapesa, Rafael (1991) *Historia de la lengua española*. Novena edición corregida y aumentada. Madrid: Editorial Gredos, pp. 39-40 (e nota 27 da página 39).

¹² IDEM, *ibidem*, pp. 205-206.

ou de *-b-* em vez de *-u-* ou *-v-*, quer nos documentos galegos, quer nos portugueses¹³: *bos*, *bender*, *bendo*, *bay*, *binho*, *Bayram*, *labredes*, *lebada*, *abemos*, etc. (Maia, 1997, p. 474-475). Da análise dos dados do nosso *corpus*, pode concluir-se que a igualação ou neutralização dos fonemas /v/ e /b/ verificou-se, igualmente, em época muito antiga na zona Centro-litoral de Portugal. Assim, a primeira forma com *b* por *v* atestada nesta colecção data de 1291, voltando a aflorar apenas em 1388 (cerca de um século depois), sendo que a maior parte dos exemplos se concentra no período compreendido entre 1380 e 1450¹⁴ (Carvalho, 2006, p. 419): *binho*, *bifto*, *bynte*, *bidas*, *balha*, *Nobaaes*, *bem*, *birem*, *Bieira*, *abrego*, são alguns exemplos.

Seja qual for a justificação para esta divulgação do fenómeno, particularmente acentuada num período cronológico específico, e não obstante a variedade setentrional de Entre-Douro-e-Minho não ter tido o prestígio para se impor, e de a vida política e cultural se ter deslocado cada vez mais para Sul, ainda em pleno século XVI um tabelião da vila de Aljubarrota (redigindo uma “demarcação” em Salir do Mato) escrevia, pela sua própria mão: «de berbo a berbo» (Carvalho, 2006, p. 419).

Como se sabe, actualmente, no que ao território português diz respeito, «o desaparecimento da oposição fonológica entre os fonemas /v/ e /b/ e a sua fusão num fonema único /b/» (Cintra, 1971, p. 101-102), particularmente característico do Norte do país (o chamado fenómeno da «troca do *v* pelo *b*»), é um dos traços fortemente diferenciador dos dialectos portugueses setentrionais relativamente aos (centro)-meridionais.

3.3. Simplificação do primitivo sistema de quatro sibilantes (duas com articulação predorso-alveolar, /s/ e /z/) e duas com articulação ápico-alveolar, /ʃ/ e /ʒ/ em dois fonemas, de articulação predorso-alveolar¹⁵

Como consequência do desaparecimento do momento oclusivo inicial dos fonemas africados, a oposição entre /s/ (< /s̃/) e /ʃ/ e entre /z/ (< /z̃/) e /ʒ/ começaria a neutralizar-se, já desde o século XIII, iniciando-se assim um processo de eliminação das sibilantes

¹³ Na zona galego-portuguesa medieval a oposição parece ter sido, segundo Clarinda Maia, entre os fonemas /b/ e /β/.

¹⁴ Também Adelina Angélica Pinto, baseando-se em documentos publicados por Alberto Iria, afirma que «em documentos do Algarve, compreendidos entre 1382 e 1412, aparece em algumas palavras, embora esporadicamente, *b* por *v* (< -v- ou < v-): *Gonçalo basques*; *abendo* a par de *avendo*; *embiauom*; *baasco lourenço*, *baasco estevez*; *baasco dominguez*, mas *Vaasco dominguez*; *baasco afonso*, mas *Vaasco affonso*; *bjnte*». Cf. Pinto, Adelina Angélica (1981) *A africada /ç/ em português: estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVI (1980/1981). Lisboa: INIC/CLUL, p. 629.

¹⁵ Quanto à região da Galiza, as formas documentadas a partir do século XIII «devem considerar-se antigas manifestações do processo de igualação de /s/ e /ʃ/ que viria a consumir-se, com o decorrer dos séculos, apenas em parte do galego ocidental ou atlântico. Na região galega em que se perdeu a distinção entre os dois referidos fonemas, ou seja, na zona “seseante”, o único fonema sibilante existente é, em geral pré-dorsal, embora haja também alguns pontos de “seseo” apical. No restante território distingue-se entre /s/ e /θ/ [tal como acontece em castelhano, em leonês e aragonês] e é esta oposição que se considera como pertencente à norma literária do galego. O “seseo”, pelo contrário, é reputado um traço fonético de carácter dialectal, próprio dos níveis sociolinguísticos mais baixos». Cf. Maia, 1997, pp. 449-450.

ápico-alveolares, a avaliar pelas numerosas ocorrências que evidenciam confusões entre *f* e *ç* gráficos, na nossa amostra: *fufeyçoresf*, *fufeçores*, *fofeçorres*, *côpofyfof*, *prezenffa*, *despofifã*, *nefeçario*, *neçeçidades*, *neçeçaryo*, *foçeçores*, *prezêça*, são alguns exemplos. Tal situação, que prova a falta de controlo dos tabeliães perante uma mudança em curso é, aliás, comum aos documentos da região galego-portuguesa primitiva já analisados por Maia (1997, pp. 446-449 e 454-457).

Do ponto de vista sócio-geográfico, os dados apresentados levam a supor que a inovação no sentido da simplificação teve origem nos meios mais rurais e periféricos relativamente aos centros de pressão niveladora, pois avultam os exemplos de confusões gráficas em documentos redigidos nos coutos (Carvalho, 2006, p.414). Que esse fenómeno era já um traço idiolectal de tabeliães dos séculos XIII e XIV, mostram-no o documento de 1291, onde ocorre 3 vezes a forma *céelo* (ao lado de *quizerdef* e *quizermos*), assim como os documentos redigidos em 1340 na Pederneira ou em 1377 em Alvorninha, provando, assim, que arcaísmo e inovação não se encontram em pólos opostos mas poderão constituir duas faces da mesma moeda¹⁶. Por último, os dados que possuímos, particularmente no que diz respeito às fricativas sonoras, são relativamente abundantes ao longo dos séculos XIV, XV e XVI (com uma pequena redução na primeira metade do século XV e uma ascensão notória a partir de cerca de 1450), não apontando para uma verdadeira mudança no sistema ou para uma fase de transição entre etapas. Esta constatação faz supor que estamos em presença de um processo gradual e plurissecular de convivência entre variantes, pelo que deverá ser precisada, à luz destes dados, a cronologia apontada por Paul Teyssier, para quem a redução a favor das predorso-dentais se operou apenas em finais do século XVI (Teyssier, 1980, p. 63), e por Evanildo Bechara, segundo o qual «a redução no primitivo quadro de quatro sibilantes a dois fonemas predorsodentais deve ter ocorrido e ficou concretizado no decurso da primeira metade do século XVI, conforme nos dão testemunho as lições dos gramáticos e as grafias desse período» (Bechara, 1991, p. 72).

A situação apresentada manifestou-se precocemente, foi sistemática, não excluindo a zona de Entre-Douro-e-Minho¹⁷. Os nossos dados ajudam, assim, a ilustrar e conciliar as afirmações de Clarinda de Azevedo Maia, para quem «parece dever admitir-se que surgiram em toda a Península diferentes focos de confusão de sibilantes, mais ou menos contemporâneos» (Maia, 1997, p. 449), bem como a de Ramón Lorenzo, que crê ser

difícil poder admitir que os cambios se xeraron independentemente nas varias zonas en que se produciron e que houbo un corte na zona de Entre-Douro-e-Mínho entre o mesmo resultado do galego e do Centro-Sur de Portugal ou que en Andalucía é diferente, nun principio, á evolución do castelán (Lorenzo, 1995, p. 232).

¹⁶ A documentação redigida por tabeliães do couto de Alvorninha revelou que se trata do couto mais arcaizante, em termos de linguagem, mas é ao mesmo tempo aquele onde afloram mais inovações.

¹⁷ A forma *ceruyço*, encontrada por Clarinda Maia num documento português datado de 1289, e que surge de modo esporádico, não deverá, na nossa opinião, deixar margem para dúvida relativamente à difusão do fenómeno igualmente na zona de Entre-Douro-e-Minho. Cf. Maia (1997, pp. 451 e 456-457).

Actualmente, no que diz respeito ao território português, «a realização do fonema /s/ e do seu correlativo sonoro /z/, como fricativas ápico-alveolares, mais ou menos palatalizadas (é a variante mais palatalizada que é vulgarmente conhecida pelo nome de *s* beirão)» (Cintra, 1971, p. 102) é, aliás, considerada um traço que «um português do Sul (ou um falante da língua-padrão que nestes casos acompanha os dialectos centro-meridionais) reconhecerá como característicos de um português do Norte» (Cintra, 1971, p. 102).

3.4. A realização [j] para /e/ final átono

Relativamente ao *i* final átono, os exemplos encontrados neste *corpus* e na colecção *HGP* apontam, inequivocamente, para dois tipos de formas (etimológicas e, eventualmente, analógicas)¹⁸, na nossa amostra correspondentes a dois tipos de cronologia. Importa salientar que as formas a que se refere D. Luís Caetano de Lima no século XVIII (Carvalho, 1962, p. 14) não têm o mesmo estatuto linguístico que as que aparecem no século XIII e XIV no nosso *corpus* e em *HGP* (Carvalho, 2006, p. 366 e sgs.; Maia, 1997, pp. 521-523) e cujo *i* é o resultado da evolução de *ī*; ou seja, existiram as formas “primárias” (etimológicas) de tipo *lhi*, *mi*, *pugi*, *vijntj*, etc., numa primeira etapa da língua, e outras (na nossa amostra, de maneira geral, mais tardias), que diziam sobretudo respeito às de tipo *estj*, *presentj*, *djantj*, etc. (cuja origem é, normalmente, *Ē*), eventualmente resultantes da acção analógica desse *i* final. É interessante frisar que os documentos da colecção da área galego-portuguesa revelam grande abundância destas últimas formas já no século XIII, sobretudo os textos galegos¹⁹ (Maia, 1997, p. 375), ao contrário dos da zona Centro-litoral, onde as abonações apenas começam a proliferar a partir da segunda metade do século XV, eventualmente devido à influência de uma pressão gráfica niveladora que tornava opaca a oralidade, obrigando, na escrita, a uma selecção de variantes gráficas. Recorde-se que em 1532 um documento redigido em Turquel por um tabelião na vila de Alvorninha evidencia as seguintes formas: *djãtj*, *partj*, *corẽtj*, *quĩtj*, *prefẽtj* e *efij* (Carvalho, 2006, p. 369). São formas deste tipo que existem actualmente na língua oral dos falantes do Sul do país e dos falantes brasileiros e cujo *-i* final não constituía ainda um traço fonético diferenciador, no período medieval.

*

Depois deste confronto, muito embora se desconheça o grau de implementação dos fenómenos no sistema, e salvaguardando igualmente os diferentes ritmos com que a oralidade se espalha nas diferentes regiões e pelos diferentes níveis sociolinguísticos,

¹⁸ Recorde-se que, apesar de esporadicamente, as formas com elevação de /e/ átono final começam a surgir, no nosso *corpus*, já na 1ª metade do século XIV (Carvalho, 2006, p. 369); também na colecção *HGP* remontam a finais do século XIII (Maia, 1997, p. 375), altura em que as formas com *-i* (< *-ī*) ainda não tinham desaparecido.

¹⁹ Os documentos portugueses correspondentes às actuais províncias do Minho e Douro Litoral contêm menos exemplos e são mais duvidosos, uma vez que se limitam a formas onomásticas.

talvez possamos afirmar que, com alguma nitidez, o único traço que permitia a um falante português reconhecer um falante galego em época medieval seria o ensurdecimento, no falar deste, dos fonemas fricativos predorso-alveolares e pré-palatais sonoros que é, como se sabe, um dos que Luís F. Lindley Cintra considera hoje «mais característicos do galego, quer para um português do Sul, quer para um do Norte» (Cintra, 1971, pp. 102-103). A inexistência da monotongação de *ou* e *ei* no falar do homem galego medieval (embora conhecida, não era um traço autóctone) parecia ser um traço partilhado com os falares das regiões do Minho e do Douro Litoral, e a convergência das terminações nasais etimológicas para *-ão* (bem como a uniformização analógica exercida por *-ō*) foi um traço que, na época em apreço, atingiu igualmente a região interamnense e, provavelmente em reduzida escala e em época muito antiga (não chegou a implantar-se aí), a zona da Galiza actual.

Assim, perante o exposto, podemos dizer que deverão ter sido fenómenos externos à língua e posteriores à época medieval (como o grau de isolamento, o sentimento de “identidade”, etc.) que conduziram à fixação das actuais fronteiras dialectais. Não obstante o desconforto provocado pelas ambiguidades de que se tingiu o relacionamento entre língua escrita e língua oral, particularmente acentuado quando se estuda textos medievais, esperamos que a comparação de dados efectuada ao longo deste trabalho tenha, de algum modo, cumprido o desejo que, há pouco mais de meio século, formulava Paiva Boléo, ao expressar-se desta forma:

Receio, no entanto, que esse estudo [o dos textos não literários da Idade Média], que oxalá alguém empreenda, por muito interessante que venha a ser, não traga resultados suficientemente seguros para se estabelecerem diferenciações, e isto por dois motivos: em primeiro lugar, porque havia, como ainda hoje, uma linguagem notarial, bastante uniforme; em segundo lugar, porque o escriba espelhava no documento mais a linguagem do seu mosteiro ou da “escola” notarial do que a língua viva da sua terra natal (Boléo, 1974, pp. 192-193, nota 1).

Referências

- Bechara, Evanildo (1991) As fases da língua portuguesa escrita. In: *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, vol. III, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 68-76.
- Boléo, Manuel de Paiva (1974) Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas. In: *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra.
- Carvalho, José Gonçalo Herculano de (1962) *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona*. Separ. de *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, pp. 1-23. (Reed. em *Estudos Linguísticos*, vol. II. 2^a ed. Coimbra Editora, 1984, pp. 77-103).
- Carvalho, Maria José S. Pereira de (2006) *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (sécs. XIII-XVI). Edição e estudo linguístico*. Dissertação de Doutoramento, inédita, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Cintra, Luís F. Lindley (1971) Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. In: *Boletim de Filologia*, vol. XXII (1964-1971), fascículos 1 e 2. Lisboa, pp. 81-116.
- Cocheril, Dom Maur (1989) *Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: IN-CM.
- Lapesa, Rafael (1991) *Historia de la lengua española*. Novena edición corregida y aumentada. Madrid: Editorial Gredos.
- Lorenzo, Ramón (1995) Algúns datos sobre a evolución das sibilantes medievais. In: *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Organização e coordenação de Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, pp. 231-236.
- Lüdtke, Helmut (1993) As origens do -i final átono do português antigo. In: *Semiótica e linguística portuguesa e românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Ed. por Jürgen Schmidt-Radefeldt. Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 281-284.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1997) *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Reimpressão da edição de 1986. Lisboa: FCG e JNICT.
- Pinto, Adelina Angélica (1981) A africada /ç/ em português: estudo sincrónico e diacrónico. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVI (1980/1981). Lisboa: INIC/CLUL, pp. 139-192.
- Teyssier, Paul (1980) *Histoire de la langue portugaise*. Paris: PUF.